

Câmara regulariza a Estrutural

RENATO ARÁUJO

**LEI DE JOSÉ EDMAR
FOI PROMULGADA
ONTEM, MAS NORMAS
TÉCNICAS PARA A
OCUPAÇÃO DO SOLO
SÓ SAEM EM 8 MESES**

O presidente da Câmara Legislativa, Gim Argello (PMDB), promulgou ontem a lei do deputado José Edmar Cordeiro (PMDB) que autoriza o GDF a regularizar a ocupação da Estrutural, onde vivem cerca de cinco mil famílias. Por enquanto não existe um estudo técnico para transformar a vila numa cidade com infraestrutura urbana e normas

de uso do solo, mas a Terracap garante que isso será feito daqui a seis ou oito meses, no máximo.

O projeto havia sido aprovado pela Câmara em dezembro, e seguiu para a sanção do governador Joaquim Roriz. Como Roriz não sancionou nem vetou o texto, os distritais tinham um prazo até hoje para promulgar ou não a lei. Mas a promulgação acabou acontecendo ontem mesmo, no gabinete de Gim, com a presença de líderes comunitários.

"Nós não podíamos ficar mais 10 ou 20 anos fingindo que a Estrutural não existe. Com essa lei, fica aberto o caminho para o Executivo regularizar a situação, da

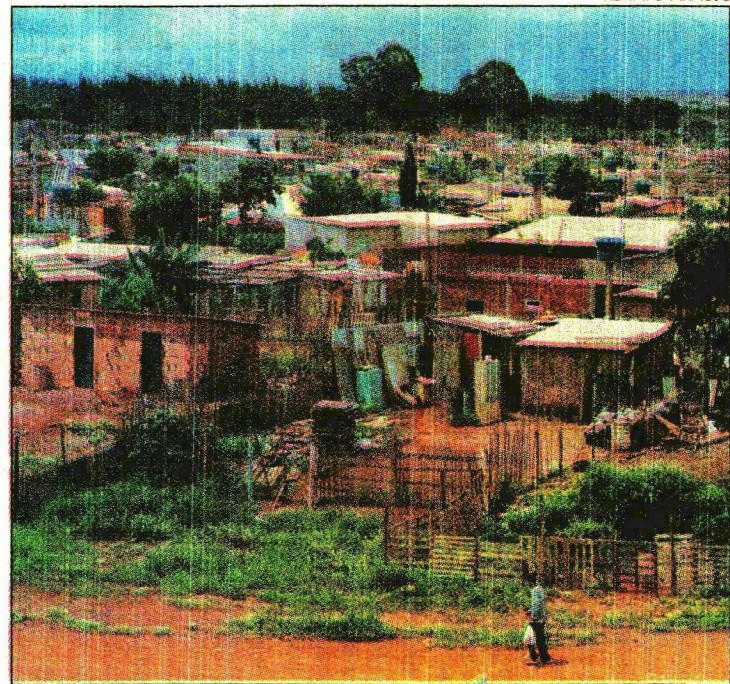
mesma forma que foi feito no caso dos condomínios", afirmou Gim. "Agora, os próprios moradores vão impedir que haja novas invasões", acrescentou ele.

Gim lembrou que em 1994, antes de o PT assumir o governo do DF, havia apenas 110 famílias no local. "Em 1995, já na gestão do PT, esse número já havia pulado para 3,5 mil famílias. Agora, o que estamos fazendo é buscar uma solução para um problema que já existia", explicou. José Edmar também foi procurado pela reportagem, mas viajou logo depois da promulgação da lei.

Segundo o presidente da Terracap, Eri Varela, a partir de agora a área da Estrutural

será fiscalizada com rigor para impedir novas ocupações. "A nossa idéia é transformar a Estrutural num exemplo emblemático de como resolver a questão fundiária. Vamos acabar com as invasões e garantir qualidade de vida à população do DF", ressaltou Varela.

Depois da elaboração do estudo técnico, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação vai regularizar definitivamente a área. Para receberem os lotes, os moradores terão de provar que estão há pelo menos cinco anos no local, não foram beneficiados por outros programas habitacionais e têm renda familiar de até cinco salários mínimos.



CERCA de cinco mil famílias vivem hoje na invasão